



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638508 - RJ (2021/0001021-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANSELMO PIRES DE SOUZA
ADVOGADO : ANSELMO PIRES DE SOUZA - RJ042456
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : L G F (PRESO)
CORRÉU : E F B R
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de L. G. F. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0103783-91.2011.8.19.0042).

O paciente foi condenado como incurso no art. 213, §1º, do CP, à pena de 11 anos e 6 meses de reclusão em regime fechado.

O impetrante afirma que, não obstante esteja em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça o julgamento do agravo em recurso especial interposto contra o acórdão que ratificou a sentença penal condenatória, foi expedido, de forma automática, o mandado de prisão em desfavor do paciente (fl. 57). Argumenta que tal medida vem de encontro ao atual entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, porquanto ainda não sobreveio o trânsito em julgado da sentença.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente seja posto em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente